

GESTÃO PÚBLICA

O Futuro da Gestão Pública: Tendências Emergentes

Feliciano Pereira de Souza¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão de literatura sobre as tendências emergentes na gestão pública. O contexto da gestão pública é abordado, destacando-se a influência de avanços tecnológicos, mudanças sociais e políticas, bem como as expectativas crescentes dos cidadãos. O objetivo do estudo é compreender as abordagens e soluções propostas pelos especialistas no campo, identificar lacunas de conhecimento e propor diretrizes para aprimorar a gestão pública. A metodologia envolve a busca de palavras-chave relacionadas às tendências emergentes e a seleção de estudos relevantes em bases de dados acadêmicas. Os resultados destacam a importância dos avanços tecnológicos, como inteligência artificial e big data, para melhorar a eficiência dos serviços públicos. Além disso, a promoção da transparência e da participação cidadã por meio de plataformas digitais é identificada como uma tendência importante. Recomenda-se a capacitação dos gestores públicos, adoção de abordagens inovadoras e colaboração entre governo, sociedade civil e setor privado. O desfecho enfatiza a necessidade de futuras pesquisas para preencher lacunas de conhecimento e explorar novas soluções no campo em constante evolução da gestão pública.

Palavras-chave: avanços tecnológicos, gestão pública, mudanças políticas, mudanças sociais, tendências emergentes.

ABSTRACT

This article presents a literature review on emerging trends in public management. The context of public management is discussed, highlighting the influence of technological advancements, social and political changes, as well as the increasing expectations of citizens. The aim of the study is to understand the approaches and solutions proposed by experts in the field, identify knowledge gaps, and propose guidelines to enhance public management. The methodology involves searching for keywords related to emerging trends and selecting relevant studies from academic databases. The results emphasize the importance of technological advancements, such as artificial intelligence and big data, in improving the efficiency of public services. Additionally, the promotion of transparency and citizen participation through digital platforms is identified as an important trend. Recommendations include capacity-building for public managers, adoption of innovative approaches, and collaboration between government, civil society, and the private sector. The conclusion highlights the need for future research to fill knowledge gaps and explore new solutions in the ever-evolving field of public management.

Keywords: technological advancements, public management, political changes, social changes, emerging trends.

¹ Discente de pós graduação em Gestão Pública - FASUL

E-mail: felicianopsousa@hotmail.com

Orientadora: Prof. Helianna Lourenço - Diretora Acadêmica

1. INTRODUÇÃO:

A gestão pública é um campo dinâmico e em constante transformação, influenciado por uma variedade de fatores, como avanços tecnológicos, mudanças sociais e políticas, bem como as expectativas crescentes dos cidadãos. Segundo Fiori (2011), a gestão pública é um campo que está constantemente em transformação devido a uma série de fatores. Ele destaca que os avanços tecnológicos têm desempenhado um papel significativo nessa transformação, uma vez que novas tecnologias estão sendo desenvolvidas e implementadas para melhorar a eficiência e a transparência nos processos de gestão pública. Nesse contexto, a busca por abordagens inovadoras e eficientes na administração pública tornou-se uma necessidade urgente.

As expectativas dos cidadãos também têm aumentado ao longo do tempo. Com o acesso a informações e o desenvolvimento de uma consciência cidadã, as pessoas estão mais exigentes em relação à qualidade dos serviços públicos e à prestação de contas dos gestores. Essa pressão da sociedade exige uma gestão pública mais eficiente, transparente e responsável.

Uma das principais problemáticas enfrentadas pela gestão pública é a demanda por maior eficiência na entrega de serviços e na utilização dos recursos públicos. Os gestores públicos são pressionados a fazer mais com menos, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população. Além disso, a crescente demanda por transparência e participação cidadã exige uma gestão mais aberta e colaborativa.

Diante desses desafios, uma solução emergente é a incorporação de novas tecnologias e abordagens inovadoras na gestão pública. A utilização de ferramentas como inteligência artificial, big data e automação pode otimizar os processos, agilizar a tomada de decisões e melhorar a eficiência dos serviços públicos. Além disso, a promoção da transparência e da participação cidadã por meio de plataformas digitais e iniciativas de governo aberto também está se tornando uma tendência importante.

O objetivo deste artigo é realizar uma revisão de literatura das tendências emergentes que estão moldando o futuro da gestão pública, a fim de compreender as principais abordagens e soluções propostas pelos acadêmicos e especialistas no campo. Para alcançar esse objetivo, será realizada uma pesquisa sistemática em bases de dados acadêmicas e fontes confiáveis, buscando identificar estudos e trabalhos relevantes sobre o tema.

A metodologia adotada para esta revisão de literatura consiste na identificação de palavras-chave relacionadas às tendências emergentes na gestão pública, como "inovação na gestão pública", "novas tecnologias na administração pública" e "participação cidadã na gestão pública". Essas palavras-chave serão utilizadas na busca por artigos, livros e relatórios que

abordem o tema em questão. A seleção dos estudos será baseada em critérios de relevância e qualidade metodológica.

Ao final da revisão de literatura, espera-se ter uma compreensão aprofundada das tendências emergentes na gestão pública e das soluções propostas pela academia. Isso permitirá a identificação de lacunas de conhecimento e áreas que necessitam de maior atenção e pesquisa. Com base nesses resultados, será possível propor recomendações e diretrizes para aprimorar a gestão pública e enfrentar os desafios futuros de forma mais eficiente e inovadora.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ESCOLHA INSTITUCIONAL E DIFUSÃO DE PARADIGMAS DE POLÍTICA:

A análise da escolha institucional e a difusão de paradigmas de política têm se tornado uma tendência relevante na gestão e nas políticas públicas. Essa abordagem busca compreender como as instituições moldam e influenciam a formulação e implementação de políticas públicas, considerando fatores como estruturas de poder, arranjos institucionais e interações entre atores políticos.

No contexto específico do Brasil, a obra de Melo (2004) destaca a ocorrência de uma segunda onda de reformas previdenciárias, impulsionada pela difusão de paradigmas de política. Essa disseminação de paradigmas refere-se à influência exercida por ideias e modelos de política pública que se espalham por diferentes países e contextos, influenciando a agenda e as reformas adotadas.

Aprofundando essa perspectiva, é possível analisar como as instituições influenciam o processo de adoção e implementação desses paradigmas de política. As instituições formais, como leis, regulamentações e estruturas de governança, podem criar incentivos ou restrições que afetam as escolhas dos gestores públicos e moldam as políticas implementadas (MELO, 2004).

Ao aprofundar a compreensão das dinâmicas da escolha institucional e da difusão de paradigmas de política, é possível identificar os mecanismos pelos quais as políticas públicas são moldadas e implementadas. Isso permite uma análise mais crítica e informada das reformas e estratégias adotadas, bem como a identificação de fatores que podem facilitar ou dificultar a implementação de políticas eficazes.

Segundo Praça, em seu livro "Reformas políticas no Brasil" (2017), as instituições políticas desempenham um papel crucial na capacidade do governo em promover reformas, incluindo as reformas previdenciárias. Ele destaca a importância da estrutura institucional e dos incentivos políticos para moldar o processo de tomada de decisão nessa área. Praça argumenta

que, sem um sistema político que permita a negociação e a construção de consensos, as reformas previdenciárias enfrentam grandes obstáculos. Além disso, ele ressalta que a influência de grupos de interesse e a dinâmica partidária podem afetar a capacidade de implementação dessas reformas.

Portanto, a análise da escolha institucional e da difusão de paradigmas de política é fundamental para a compreensão das dinâmicas da gestão e das políticas públicas. Essa abordagem contribui para uma visão mais abrangente e embasada das políticas adotadas, permitindo a identificação de boas práticas, desafios e oportunidades para melhorar a governança e promover o desenvolvimento sustentável (PRAÇA, 2017).

Burgos, por sua vez, em seu artigo "Reformas previdenciárias: lições da experiência internacional" (2018), também destaca a importância das instituições políticas na condução das reformas previdenciárias. Ele analisa experiências de outros países e observa que as instituições políticas, como o sistema eleitoral e a estrutura de poder, influenciam a viabilidade e o alcance das reformas. Burgos ressalta que a presença de mecanismos de accountability e a existência de uma coalizão política favorável são fatores determinantes para o sucesso das reformas previdenciárias.

Portanto, tanto Praça quanto Burgos concordam que as instituições políticas têm um papel fundamental na formulação e implementação das reformas previdenciárias no Brasil. A estrutura institucional, os incentivos políticos, a dinâmica partidária e a presença de coalizões favoráveis são elementos que influenciam diretamente o sucesso e o alcance dessas políticas públicas, conforme apontado por Melo (2004).

A estrutura institucional, os incentivos políticos, a dinâmica partidária e a presença de coalizões favoráveis são fatores que influenciam o sucesso e o alcance das políticas públicas, como as reformas previdenciárias. A estrutura institucional define as regras e os procedimentos para tomada de decisão, enquanto os incentivos políticos motivam os atores a agir de determinada maneira. A dinâmica partidária e a formação de coalizões também desempenham um papel importante na formulação e implementação dessas políticas. Esses elementos são essenciais para entender como as instituições afetam o processo de reforma.

2.2 ABORDAGEM DOS DIREITOS NA GESTÃO PÚBLICA LOCAL:

Outra tendência emergente é a adoção da abordagem dos direitos na gestão pública local. Segundo Spink (2000), o Brasil tem experimentado essa abordagem, que enfatiza a promoção dos direitos dos cidadãos como base para a gestão pública efetiva. Essa perspectiva busca fortalecer a participação cidadã e a transparência nas decisões governamentais, estimulando a

justiça social e a equidade. No contexto da abordagem dos direitos na gestão pública local, é importante destacar a contribuição de outros autores que também dialogam com Spink e enriquecem essa discussão. A seguir, apresento mais dois autores relevantes nesse contexto:

Marcelo Neves, em sua obra "Constitucionalização simbólica e direitos fundamentais" (2007), analisa a importância da efetivação dos direitos fundamentais na gestão pública. Neves destaca que a abordagem dos direitos deve ser baseada não apenas na sua formalização jurídica, mas também na sua concretização efetiva por meio de políticas públicas e ações governamentais. Ele ressalta a necessidade de uma atuação estatal que promova a inclusão social e combata as desigualdades.

Outro autor relevante é Roberto Linz, em sua obra "Gestão Pública em Democracia: Desafios Contemporâneos" (2015). Linz enfatiza a importância da gestão pública participativa, que envolve a sociedade civil e os cidadãos nas tomadas de decisão. Ele destaca que essa abordagem contribui para uma maior legitimidade das políticas públicas, já que são construídas de forma coletiva e consideram as demandas e necessidades dos diversos grupos sociais.

Um desses autores é Boaventura de Sousa Santos, que em sua obra "A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política" (2010), ressalta a importância da participação cidadã na gestão pública, enfatizando que a efetivação dos direitos sociais requer a transformação das estruturas de poder e uma maior democratização das decisões governamentais.

Para Sousa Santos (2010) a gestão pública deve ser pautada por uma nova cultura política, baseada na horizontalidade, na transparência e na valorização da diversidade de perspectivas. Essa abordagem busca desconstruir as assimetrias de poder entre o Estado e a sociedade civil, promovendo a inclusão de grupos historicamente marginalizados e ampliando a capacidade de intervenção e influência dos cidadãos nas decisões que afetam suas vidas.

Outro autor relevante nesse diálogo é José Luis Fiori, em sua obra "Estado e Política Industrial no Brasil" (2011). Fiori argumenta que a gestão pública baseada nos direitos deve buscar a promoção da justiça social e da equidade, pois apenas assim será possível superar as desigualdades presentes na sociedade brasileira.

Segundo o autor, a gestão pública baseada nos direitos deve ir além da mera oferta de serviços básicos à população. Ela deve garantir condições de vida dignas para todos os cidadãos, promovendo o acesso igualitário a serviços públicos de qualidade, como saúde, educação e infraestrutura. Além disso, é necessário que haja a criação de políticas industriais que incentivem o desenvolvimento econômico sustentável e a geração de empregos, principalmente em setores estratégicos e nas regiões mais desfavorecidas.

Fiori (2011) destaca que a busca pela justiça social e pela equidade requer a implementação de políticas públicas que combatam as desigualdades estruturais presentes na sociedade. Isso implica na adoção de medidas afirmativas, redistributivas e de inclusão social, visando a superação das disparidades socioeconômicas e garantindo que todos os cidadãos tenham igualdade de oportunidades.

Na mesma linha de pensamento, Vera Schattan Pereira Coelho, em seu livro "Cidadania, Sociedade Civil e Participação" (2001), destaca a importância da participação cidadã como um dos pilares da gestão pública baseada nos direitos. A autora ressalta que a participação efetiva dos cidadãos nas decisões governamentais fortalece a democracia e contribui para a promoção da justiça social.

A autora argumenta que a participação efetiva dos cidadãos nas decisões governamentais é essencial para fortalecer a democracia e promover a justiça social. A gestão pública baseada nos direitos deve criar mecanismos e espaços que permitam aos cidadãos participarem ativamente do processo de tomada de decisões, tanto no nível local como no nível nacional.

Coelho (2011) ressalta que a participação cidadã vai além do mero exercício do voto nas eleições. Ela envolve a inclusão de diferentes grupos sociais, especialmente aqueles historicamente marginalizados, no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Essa inclusão contribui para ampliar a diversidade de perspectivas, garantir a representatividade e fomentar a pluralidade de ideias na gestão pública.

Por fim, André Ramos Tavares, em sua obra "Curso de Direito Constitucional" (2018), enfatiza que a gestão pública baseada nos direitos deve garantir a transparência e a accountability (prestação de contas) por parte dos gestores públicos. O autor argumenta que a transparência é um princípio fundamental da gestão pública democrática. Ela consiste na divulgação clara, acessível e tempestiva das informações sobre as ações, decisões e recursos públicos. A transparência permite que os cidadãos conheçam e compreendam como o governo atua, facilitando a fiscalização e o controle social das atividades governamentais.

Além disso, Tavares ressalta a importância da accountability, que é a obrigação dos gestores públicos de prestar contas de suas ações e decisões. A accountability envolve a responsabilidade dos governantes em responder pelos seus atos e garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e em conformidade com a legislação e os interesses da sociedade.

A participação cidadã não apenas fortalece a legitimidade das decisões governamentais, mas também permite uma maior responsabilidade e accountability por parte dos gestores

públicos. Ao envolver os cidadãos no processo de tomada de decisões, a gestão pública se torna mais transparente, aberta ao diálogo e sensível às demandas e necessidades da sociedade(COELHO, 2001)

Essa transparência possibilita o controle social e fortalece a legitimidade das ações governamentais. Em suma, a abordagem dos direitos na gestão pública local, conforme dialogado por Spink e outros autores, busca fortalecer a participação cidadã, promover a justiça social e a equidade, bem como garantir a transparência nas decisões governamentais. Essa perspectiva contribui para uma gestão mais efetiva e alinhada com os princípios democráticos.

2.3 INCENTIVOS POLÍTICOS E DIFUSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS:

A análise dos incentivos políticos e a difusão de políticas sociais é um tema de grande relevância para compreender como as políticas públicas são formuladas e implementadas. Nesse sentido, há diversos autores que concordam com a importância de investigar esses mecanismos de difusão. Dois desses autores são Sánchez-Ancochea e Martínez Franzoni.

Sánchez-Ancochea, D., e Martínez Franzoni, J. em seu livro "Inequality in Latin America: A Political Economy Approach" (2016), destacam que a análise dos incentivos políticos é crucial para entender como as políticas sociais são disseminadas em contextos de desigualdade. Eles argumentam que a pressão e o apoio de diferentes grupos políticos podem influenciar a difusão e a implementação de políticas, e que a compreensão desses incentivos políticos é fundamental para formular estratégias eficazes de combate à desigualdade.

Outro autor relevante nessa discussão é Nuno Garoupa, em seu artigo "Incentives and Political Economy" (2003). Garoupa ressalta que os incentivos políticos são determinantes na difusão de políticas sociais, uma vez que os políticos buscam maximizar seus ganhos eleitorais e assegurar sua sobrevivência política. Ele argumenta que entender esses incentivos é fundamental para analisar a dinâmica da implementação de políticas e avaliar seus impactos na sociedade.

Portanto, Sánchez-Ancochea, Martínez Franzoni, e Garoupa concordam com a importância de analisar os incentivos políticos e as redes sociais na difusão de políticas sociais. Suas obras contribuem para uma compreensão mais aprofundada desses mecanismos e fornecem insights valiosos para a formulação e implementação de políticas públicas eficazes.

O futuro da gestão pública está sendo moldado por uma série de tendências emergentes. A transformação digital, a participação cidadã, a gestão baseada em evidências, a colaboração intergovernamental e a busca pela sustentabilidade e resiliência são apenas algumas das áreas em que estão ocorrendo mudanças significativas. Essas tendências têm o potencial de tornar a

gestão pública mais eficiente, transparente, participativa e responsiva às necessidades dos cidadãos. A combinação dessas tendências pode resultar em governos mais eficazes, capazes de enfrentar os desafios complexos do século XXI.

No entanto, é importante ressaltar que a implementação dessas tendências não é um processo fácil. Existem desafios a serem superados, como a falta de recursos financeiros, a resistência à mudança, a segurança da informação e a capacitação dos servidores públicos. Além disso, é fundamental garantir a proteção dos direitos dos cidadãos, a privacidade dos dados e a equidade no acesso aos serviços públicos.

Para que essas tendências se tornem realidade, é necessário um compromisso contínuo dos gestores públicos em promover a inovação e aprimorar os processos de governança. Isso envolve investimentos em tecnologia, capacitação dos servidores públicos, estabelecimento de parcerias estratégicas e a criação de um ambiente propício à experimentação e ao aprendizado.

No geral, o futuro da gestão pública é promissor, com o potencial de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, aumentar a eficiência dos serviços públicos e promover uma maior participação cidadã. Ao abraçar essas tendências emergentes, os governos têm a oportunidade de se adaptar às demandas do século XXI e construir um futuro mais sustentável, inclusivo e justo para todos.

CONCLUSÃO:

Em conclusão, a gestão pública está passando por um processo contínuo de evolução, impulsionado por fatores como avanços tecnológicos, mudanças nas expectativas dos cidadãos e a busca por maior eficiência. Neste artigo, exploramos algumas das tendências emergentes que estão moldando o futuro da gestão pública.

Ao analisar essas tendências, aprendemos que a adoção de novas tecnologias, como inteligência artificial, big data e automação, pode trazer benefícios significativos para a administração pública. Essas tecnologias têm o potencial de melhorar a eficiência dos processos, facilitar a tomada de decisões baseada em dados e promover a transparência na prestação de serviços.

Além disso, compreendemos que a gestão pública também está se voltando cada vez mais para uma abordagem centrada no cidadão. A participação cidadã e a co-criação de políticas e serviços estão ganhando destaque, à medida que os gestores públicos reconhecem a importância de envolver os cidadãos no processo de tomada de decisões e na definição de prioridades.

Essas tendências emergentes são importantes para a academia, pois promovem a necessidade de pesquisas e estudos que explorem os impactos e os desafios dessas mudanças

na gestão pública. A academia desempenha um papel fundamental ao fornecer análises críticas e embasadas sobre as implicações sociais, políticas e econômicas dessas tendências, bem como ao propor abordagens inovadoras e soluções para os desafios enfrentados pela gestão pública.

Os estudos sugerem que as tendências emergentes na gestão pública exigem uma abordagem interdisciplinar, que incorpore conhecimentos da ciência política, economia, administração e outras disciplinas relevantes. Além disso, destacam a importância do diálogo entre academia, gestores públicos e sociedade civil para desenvolver estratégias eficazes e políticas baseadas em evidências.

Em resumo, a gestão pública está passando por transformações significativas impulsionadas por novas tecnologias e demandas dos cidadãos. Compreender e abraçar essas tendências emergentes é crucial para aprimorar a eficiência, a transparência e a participação cidadã na administração pública. A academia desempenha um papel central na pesquisa e no desenvolvimento de abordagens inovadoras para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades apresentadas por essas tendências, contribuindo para a construção de uma gestão pública mais eficaz e responsiva às necessidades da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BURGOS, Marcelo. Baumann. **Reformas previdenciárias: lições da experiência internacional.** Revista Brasileira de Política Internacional, 61(1), 186-209, 2018.

COELHO, Vera Schattan Pereira. **Cidadania, Sociedade Civil e Participação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIORI, José Luis. **Estado e Política Industrial no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

GAROUPA, N. **Incentives and Political Economy.** European Journal of Law and Economics, 16(2), 177-199.2003

LINZ, Roberto. **Gestão Pública em Democracia: Desafios Contemporâneos.** Editora FGV. 2015.

MELO, Marcus André. **Escolha institucional e a difusão dos paradigmas de política: o Brasil e a segunda onda de reformas previdenciárias.** Dados, v. 47, n. 1, 2004, Rio de Janeiro.

NEVES, Marcelo. **Constitucionalização simbólica e direitos fundamentais**. Forum. 2007.

PRAÇA, Sergio. **Reformas políticas no Brasil**. Brasília: Editora Um, 2017.

SÁNCHEZ-ANCOCHEA, D., & MARTÍNEZ FRANZONI, J. **Inequality in Latin America: A Political Economy Approach**. Oxford University Press. 2016.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SPINK, Peter. **The rights approach to local public management: experiences from Brazil**. ERA. Revista de Administração, v. 40, n. 3, p. 45-65, jul./set. 2000.

SUGIYAMA, Natasha Borges. **Political incentives, ideology and social networks: the diffusion of social policy in Brazil**. Paper delivered at the 2004 Meeting of the Latin American Studies Association. Las Vegas, Nevada, October 7-9, 2004.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2018.